

***Do outro lado do espelho: insurgências e resistências descoloniais*, de Manuel Tavares e Mônica de Ávila Todaro (Org.)**

São Paulo: BT Acadêmica, 2016.

Sandra Rosa Gomes dos Santos

Mestranda em Educação - PPGE Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP – Brasil
san.r.gomes@hotmail.com

Recentemente publicada, esta obra, organizada por Manuel Tavares e Mônica Todaro, tem por finalidade apresentar o resultado da experiência da imersão internacional na Bolívia (La Paz) – módulo internacional –, que foi constituída por duas dimensões: acadêmica e cultural. Os estudantes souberam ler o mundo à sua volta, interpretaram da melhor maneira os objetivos formulados inicialmente pelos professores que prepararam o módulo, surgindo esta belíssima coletânea, que apresenta um conjunto de ensaios cuja produção decorreu da experiência internacional dos estudantes e professores de mestrado e doutorado, além da participação dos professores Luís Claros e Jorge Viaña, professores de pós-graduação do Cides, que, pelo observado, tiveram contribuição fundamental para a conclusão e relevância do módulo internacional.

Manuel Tavares possui graduação em filosofia pela Universidade de Coimbra, doutorado e mestrado em filosofia pela Universidade de Sevilha, no âmbito do Programa Fenómeno, Signo y Interpretación, tendo desenvolvido a sua pesquisa sobre o problema do mal no pensamento de Paul Ricoeur. Seu diploma de doutorado foi registrado em 2002, pela Universidade de Coimbra e reconhecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2013. Atualmente, é professor na Universidade Nove de Julho (Uninove), em São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), integrando a linha de pesquisa educação popular e culturas. Tem experiência na área da educação, com ênfase em filosofia da educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação popular e culturas, filosofia da educação, epistemologias contra-hegemônicas, antropologia filosófica e ética. Dentre seus principais interesses de pesquisa atuais, destacamos a inclusão da diversidade cultural e epistemológica na

educação superior, centralizados no estudo das novas universidades brasileiras e latino-americanas emergentes nos últimos dez anos.

Mônica Todaro possui graduação em pedagogia, mestrado em gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorado em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professora adjunta do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del Rei (MG) e docente convidada do Programa de Mestrado em Gerontologia da Each-USP. Possui experiência em instituições públicas como professora, coordenadora pedagógica, diretora de escola e chefe de seção. Pesquisa nas áreas de educação e gerontologia, com ênfase nos seguintes temas: corpo e educação; ludicidade; educação de jovens e adultos (EJA); relações intergeracionais; prática educativa. É líder do grupo de pesquisa Pedagogia do corpo consciente (CNPq).

O título do livro *Do outro lado do espelho* pode parecer de uma obra de caráter romântico, voltada para a exposição sentimental da alma humana. Talvez não fosse uma afirmação desprovida de razão, mas aí nos deparamos com a apologia do autor, ao trazer o enunciado “metafórico”, cujo título vem enriquecido pelo subtítulo “*insurgências e resistências descoloniais*” justificando os seus “múltiplos significados”. Em uma característica ainda poética, marcante, atribui o seu significado à desculpa do espelho, que, para além do caráter romântico, poético: “[...] é um limite, uma barreira que, projetando a própria imagem, impede que se veja para além dela. Imagem não é realidade, é uma mera representação e, muitas vezes, ilusória e falsificada”.

Este é um livro belo e apaixonante, que instiga e convida o leitor a refletir e a desfrutar da obra como possibilitadora de viéses e (re)significações sobre as temáticas abordadas. Em notas dos autores, “pretende revelar esse outro lado insurgente e resistente” ocultado pelo colonialismo e pelos múltiplos processos de colonização, desafiando o leitor a repensar sobre este “outro lado do espelho”, afinal, o lado oculto e falsificado pelo colonialismo.

Nesse instigante propósito de desafiar o leitor a (re)pensar sobre as temáticas, os autores organizaram o livro em dez capítulos que se inter-relacionam, estabelecendo relações entre descolonização, dominação e identidade; construção de um pensamento e práticas emancipatórias no

âmbito da sociedade boliviana; educação superior, descolonização e interculturalidade; currículo e questões de gênero.

No primeiro capítulo do livro, de Luis Claros, *Aporías de la descolonización: Relaciones de dominación e identidades subalternas*, pretende-se compreender o processo de descolonização, seus limites e possibilidades numa sociedade ainda dominada pelo paradigma de raiz colonial. O autor analisa as formas diversas de pensar a descolonização, revelando potenciais aporias e, simultaneamente, mostrando como algumas contradições e formas de argumentação se tornam insolúveis em determinados contextos.

O segundo capítulo, de Jorge Viaña, intitulado *Zavaleta, Reinaga y la lucha por la construcción de prácticas y pensamiento emancipativo en el actual ciclo estatal Boliviano*, é uma reflexão e uma perspectiva crítica sobre o Estado plurinacional boliviano. De acordo com o autor, entre o período de 2005 e 2015 não foram criadas as bases para a criação de um Estado verdadeiramente democrático reorganizando as instituições de modo a que fosse possível construir uma sociedade descolonial e anticapitalista. A sua proposta vai no sentido de criar um Estado, não a partir das cúpulas, mas a partir das bases, criando possibilidades para a emergência de um poder popular. O recurso a dois renomados teóricos bolivianos, Zavaleta e Reinaga, permite melhor entender as diversas formas e especificidades da dominação, não só levadas a cabo pelos grupos econômicos comprometidos com o grande capital, na Bolívia, mas também pela manutenção das estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas de dominação. O autor considera que os teóricos referidos constituem as bases epistemológicas imprescindíveis para as lutas pela emancipação social, tendo em vista dar continuidade crítica e emancipatória ao “buen vivir” e à construção do Estado plurinacional boliviano. O autor refere, finalmente, que os labirintos da descolonização só podem ser pensados em articulação com as ainda existentes estruturas de dominação.

Manuel Tavares, no terceiro capítulo, reflete sobre *A educação superior: insurgências e resistências descoloniais*. Numa primeira abordagem, são apresentados dados bem interessantes sobre a expansão da educação superior nos últimos anos, que permitiu o acesso de grupos sociais e etnias outrora marginalizados desse direito, sobretudo os povos indígenas (povos originários) e populações afrodescendentes. No caso da Bolívia, os denominados afro-bolivianos. Posteriormente, concentra-se nas questões do

colonialismo, colonização, descolonização, pós-colonialismo e resistência e interculturalidade crítica como processo indissociável da descolonização. A problemática da interculturalidade constitui um novo desafio para a educação, dado que a abertura da educação superior a novos públicos criou enormes expectativas no que diz respeito à democratização da educação superior, à inclusão da diversidade cultural e epistemológica, à promoção da interculturalidade e à descolonização das relações de poder. O autor apresenta algum pessimismo mesclado, no entanto, com um otimismo crítico, ao referir o seguinte:

[...] todos os desafios se cruzam com obstáculos que impedem que o novo se afirme, sobretudo quando a inovação põe em causa as relações de poder hegemônicas de longa duração e as estruturas dominantes em que assentam as relações de exploração e exclusão. [...] A aposta num projeto político e pedagógico intercultural na vida académica pode ser, sem dúvida, o início de uma transformação revolucionária de paradigma. [...] Descolonizar a universidade e a educação superior é um projeto insurgente e resistente face às investidas da sociedade de mercado e às exigências das agências internacionais reguladoras.

No quarto capítulo, Evangelita Carvalho da Nóbrega e Francisca Mônica de Lima apresentam um estudo sobre a Universidade indígena boliviana Aymara Tupak Katari e a Universidade Federal do Sul da Bahia: caminhos da descolonização no acesso e permanência. O núcleo central das suas reflexões gira em torno dos modelos de universidade contra-hegemônicos que surgem como alternativa aos modelos de universidades tradicionais. A Universidade Federal do Sul da Bahia e a Universidade indígena boliviana Aymara Tupak Katari são o seu objeto de reflexão. A primeira, com cerca de um ano de funcionamento, foi instituída para responder às necessidades de uma população marginalizada e que sofre os efeitos da interiorização. Por sua vez, a Universidade Aymara Tupak Katari surge com a constituição do Estado plurinacional da Bolívia, aprovada por *referendo*, em 2009. Afirmando-se como um novo modelo de educação, direcionado à população indígena aymara, procura cumprir o pilar da descolonização na articulação entre universidade e necessidades das comunidades com

sentido identitário, produtivo e comunitário, colocando o indígena como sujeito ativo na sociedade a partir da intraculturalidade. Esta universidade tem um objetivo descolonizador por intermédio da afirmação da cultura indígena aymara formando quadros para intervirem nas suas comunidades originárias. De acordo com as autoras, ambas as universidades estão apostadas numa política de inclusão e num processo de descolonização.

A Universidade Federal da Fronteira Sul constitui o objeto de análise do quinto capítulo, intitulado *Universidade: a luta dos silenciados em defesa de suas culturas na América Latina*. Donizete Mariano faz uma reflexão sobre os novos modelos de educação superior; aborda a questão do currículo e a necessidade de inclusão da diversidade cultural e epistemológica que compõe o tecido social brasileiro. O reconhecimento da diversidade cultural obriga, segundo o autor, à reformulação das políticas curriculares de modo a responder à riqueza que compõe o mosaico cultural brasileiro. A reformulação curricular implica a superação do chamado multiculturalismo benigno, meramente descritivo e legitimador do monoculturalismo e a aposta num multiculturalismo emancipatório que reconheça e respeite a diversidade cultural, colocando-a em situação de igualdade com a cultura dominante.

No capítulo seguinte, Neide Cristina da Silva e Maria José Poloni refletem sobre o sistema educativo plurinacional boliviano incidindo no currículo regionalizado do povo afro-boliviano. As autoras referem que, ao longo da história, várias reformas educacionais foram implantadas na Bolívia, mas sem o êxito necessário para as populações nativas. Com a promulgação da Constituição Maior de 2009, que consolidou a Bolívia como Estado plurinacional e intercultural, os povos nativos, a sua história, cultura e território foram reconhecidos, abrindo novos horizontes de inclusão e de participação para a educação boliviana. A Lei n.º 70 “Avelino Siñani – Elizardo Perez” normatizou a organização dos currículos, pautando-se pelo respeito à diversidade, pelo reconhecimento e pela valorização dos saberes e conhecimentos dos nativos. A partir da referida lei, foram elaborados os currículos regionalizados cujos objetivos visam contemplar e consolidar a diversidade cultural dos povos bolivianos e a sua identidade.

Na mesma linha do capítulo anterior, Rafael Belli e Ana Sodero trabalham também o currículo, base do sistema educacional plurinacional boliviano, sob a ótica da teoria pós-crítica. Na sua análise, os auto-

res partem dos documentos curriculares bolivianos, mais especificamente das *Normas Generales para la Gestión Educativa Y Escolar* 2016, da lei da Educação n.º 70 “Avelino Siñani – Elizardo Pérez” e da Nova Carta Constitucional, onde são propostas inúmeras mudanças considerando o pluralismo político, econômico, jurídico, cultural, linguístico e educacional. O novo currículo traz mudanças que dão relevância à multiplicidade e diversidade de nações indígenas que compõem a população boliviana, considerando suas histórias e costumes. Os princípios que direcionam este currículo de base plurinacional fundamentam uma educação plurinacional, descolonizadora, comunitária, intracultural, multilíngue, produtiva, científica, técnica e tecnológica, em harmonia com as diferenças e propondo a participação social de forma intensa e democrática.

Antonio Germano e Mónica Luz trabalham as questões de gênero no Brasil e na Bolívia. Para além de um percurso histórico em ambos os países sobre as questões de gênero, os autores fazem um percurso conceitual esclarecedor sobre gênero, sexo, cisgênero, transgênero e identidade. Consideram que é necessário fazer uma análise crítica dos discursos dominantes, característicos de uma sociedade patriarcal e excludente de modo a alcançar a igualdade de gênero, principalmente em relação ao que diz respeito à mulher e ao seu papel na sociedade. Referem que a função dos estudos de gênero é problematizar um sistema que tem como padrão normatizador o julgamento e a ridicularização de todos os que não se encaixam nas normas e padrões dominantes. A definição mais corrente de gênero é a que o considera uma categoria relacional, ou seja, o gênero entendido como o estudo das relações sociais entre homens e mulheres, e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas. Estas dicotomias são, referem os autores, construções sociais e culturais que fazem com que homens e mulheres sejam educados e socializados para ocupar posições políticas e sociais distintas, normalmente cabendo aos homens as posições hierárquicas mais elevadas, enquanto às mulheres são reservadas as posições menos privilegiadas. Numa análise comparativa, os autores consideram que não há diferenças substanciais entre os estudos e concepções de gênero no Brasil e na Bolívia. Em ambos os países as questões de gênero são permeadas por preconceitos de natureza patriarcal e colonial exigindo-se, também a este nível, um processo de descolonização.

Mónica Luz discute, no capítulo nono, a problemática das lutas e conflitos das mulheres bolivianas. Na Bolívia, há evidências que mostram que as mulheres indígenas têm sofrido uma tripla discriminação, por serem mulheres, por sua etnia e pela sua condição geral de pobreza. É uma tripla exclusão. O gênero, a classe e a etnia são dimensões de uma matriz de dominação que se interceptam em diferentes pontos, proporcionando-lhes uma visão distinta do que significa ser mulher em uma sociedade desigual, racista e sexista. Os novos estudos pós-coloniais têm gerado algumas discussões no interior do feminismo, na historiografia no Cone Sul, Bolívia e Paraguai, que se posicionam numa perspectiva crítica em relação ao feminismo eurocêntrico e norte-americano. O novo feminismo emergente na América Latina, sobretudo nos países andinos, estabelece a articulação entre gênero e pós-colonialismo. A crítica pós-colonial reconsidera a história a partir dos colonizados e busca recuperar as “vozes silenciadas” da história. Questiona os estatutos assumidos pela historiografia ocidental, suas omissões, suas perspectivas. O conhecimento ocidental, de acordo com essa abordagem, está colonizado e deveria ser descolonizado para incluir outras formas de gerar conhecimento. Apesar de a presença da mulher na vida pública e política ter avançado muito na última década, sobretudo a partir das eleições de 2009, com a aplicação do princípio de paridade, que conduziu ao aumento de representatividade das mulheres, quer na Câmara de senadores (44,4%) quer na Câmara de deputados (22,3%), as formas diversas de violência de que as mulheres são vítimas, que aumentam exponencialmente de ano para ano, revelam, ainda, uma opressão estrutural sexista e patriarcal que exige formas de resistência e insurgência de caráter descolonial. A luta pela igualdade de direitos e pela afirmação da mulher na sociedade e no mercado de trabalho é uma luta da sociedade no seu todo e não, apenas, das mulheres.

No décimo e último capítulo, Daniel Aguiar Pereira e Mónica Todaro refletem sobre *La Chola: retrato de um corpo consciente*. Os autores fazem uma interessante reflexão sobre as mulheres cholas, que denominam emblemáticas e paradoxais e avançam com o conceito de “racionalidade chola” que estabelece uma ruptura com a lógica normalizadora do padrão de beleza imposto pela mídia e pela sociedade ampliando, assim, a possibilidade de um outro modo de ser mulher no século XXI, na América Latina. Consideram que foi em um dos momentos de imersão intercultural, sendo gente e percebendo sua presença num mundo diferente, que per-

ceberam figuras femininas que não conheciam e que pareciam representar uma das tantas forças sociais daquele país – as *cholas* – mulheres emblemáticas e paradoxais. A compreensão de quem são estas mulheres e qual o seu lugar no mundo constituiu objeto do estudo apresentado. As *cholas* são as mulheres que, nestes grandes centros, se vestem de acordo com a tradição *aymará* local e se orgulham de sua origem. As *cholas* movimentam grande parte do comércio informal dos locais nos quais estão inseridas, fazem apresentações da cultura *aymará* e participam de um movimento cultural de luta livre, que recebe o nome de *chola westling*.

Este estudo permitiu uma reflexão sobre consciências intencionadas ao mundo diante dos inúmeros processos de herança social, cultural e histórica. Por isso, conhecer como essas mulheres, as *cholas*, se configuraram ao longo do processo histórico e, também, sua atual representação social, política, econômica e cultural foi o cerne para o aprofundamento na concepção freiriana de “corpo consciente”. Os autores fazem, ainda, uma reflexão sobre o processo de interculturalidade crítica como indissociável do processo de descolonização.

A leitura deste livro nos possibilita ir além das representações históricas e coloniais sobre os diversos povos do mundo andino e nos convida a (re)pensar os processos de colonialismo e colonização como formas desumanas de subjugação dos povos. É uma obra que apresenta como horizonte o processo de descolonização das estruturas políticas, sociais e das mentes como fundamento de emancipação e libertação dos povos originários. Outras temáticas relevantes abordadas permitem-nos entender a cultura boliviana, o fenômeno da interculturalidade como reconhecimento e respeito pela diversidade de saberes. Todas estas temáticas se relacionam com uma nova visão da educação e do ensino tendo em consideração a diversidade cultural que atravessa as sociedades contemporâneas e as instituições educativas. As reflexões sobre a educação superior levam-nos a concluir que os novos modelos de ensino deverão direcionar-se numa perspectiva de formação do pensamento crítico a partir de práticas emancipatórias. Os espaços e cenários onde pode acontecer a descolonização são os mesmos ainda dominados pelos efeitos da colonização. São cenários e espaços de insurgência e resistência. Esta é uma obra que, afinal, nos leva a convidar o leitor a desfrutar uma leitura belíssima, encadeada, prazerosa, reflexiva, crítica e metafórica.